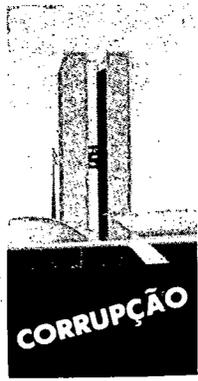


Ceub usou artifício para ganhar US\$ 1,5 milhão

4

LUIZA DAMÉ



O Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub), uma das instituições de ensino superior com mensalidades mais caras do DF, recebeu, em 1990, o equivalente a US\$ 1,5 milhão de subvenção social. Segundo levantamento feito pelo deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siaf), a verba não é liberada diretamente para o Ceub, mas em nome do Centro de Atividades Artísticas e Culturais, presidido por Getúlio Américo, filho do diretor-presidente da escola, ex-deputado João Herculino.

No ano passado, o Ceub foi contemplado com US\$ 3.715 de subvenção social, novamente através do Centro de Atividades Artísticas e Culturais. O diretor-presidente do Ceub não foi encontrado ontem à tarde pela reportagem do **Jornal de Brasília**. Augusto Carvalho disse que estratégia semelhante à do Ceub é usada pela Clínica Daher, que tem duas entidades — Associação de Proteção ao Homem e Associação de Pesquisa Assistencial de Ensino e Doenças Malignas — cadastradas junto ao Conselho Nacional de Serviço Social. Através destas entidades, a clínica recebeu o equivalente a US\$ 727 mil de subvenções sociais, em 1990.

Transparência — Este ano, a Ação Social do Planalto — presidida por Natanry Ludovico Osório, esposa do advogado do deputado

João Alves (PPR-BA), Antônio Carlos Osório — foi contemplada com CR\$ 1,5 milhão, do Ministério do Bem-Estar Social; CR\$ 50 mil, do Ministério do Exército e CR\$ 2 milhões da CBIA (Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência). Em 1990, a Academia Brasileira de Letras, presidida por Antônio Carlos Osório, recebeu em valores da época Cr\$ 1 milhão e, em 1991, Cr\$ 5 milhões.

Natanry Osório explicou que a Ação Social no Planalto é uma entidade com mais de 30 anos e atende a 150 meninos cuja renda familiar é inferior a dois salários mínimos. “As pessoas estão levantando hipóteses de forma precipitada e leviana”, reclamou. Ela destacou que é presidente da instituição há seis anos e que todos os recursos vindos de órgãos oficiais estão incluídos nas prestações de contas da entidade. Segundo ela, a liberação de mais recursos só é feita depois da aprovação da prestação das contas do ano anterior, do balanço e da comprovação do pagamento dos encargos sociais.

Para o deputado Augusto Carvalho, a CPI do Orçamento não deve quebrar o sigilo bancário e fiscal apenas das entidades que receberam maior volume de recursos, mas de todas. “Por se tratar de verbas públicas, é necessário transparência total”, argumentou. O parlamentar entende que o Governo já perdeu o controle das liberações e a única solução, neste momento, é cessar todos os repasses. Na sua opinião, para evitar que venham a ocorrer mais fraudes nas subvenções sociais, os ministérios que administram estas verbas — Ação Social e Integração Regional, principalmente — têm de ser extintos e os percentuais dos fundos de participação dos estados e municípios ampliados.